

O vai e vem do orçamento que afeta quem estuda, pesquisa e depende da universidade pública



Cortes no Congresso e recomposição do governo expõem a instabilidade no financiamento da educação superior em 2026 - Páginas 6 e 7

POLÍTICA

ADUFG RECEBE
PLENÁRIA COM
O MINISTRO
GUILHERME
BOULOS

Página 5

CIDADANIA

VIOLÊNCIA
CONTRA MULHERES
ENTRA NA PAUTA
DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA

Página 10

TRAJETÓRIA

COM MAIS DE 60
ANOS DE CARREIRA,
CLÉA COSTA MOSTRA
CRIATIVIDADE
AGUÇADA NA
APOSENTADORIA

Página 12



Adufg-Sindicato em
tempo real

Aponte a câmera
do seu celular
e se conecte
conosco. Política,
cultura, agenda de
atividades e muito
mais. Siga-nos



Março, luta e resistência: da defesa das mulheres à defesa da universidade

Março é um mês que convida à reflexão e à mobilização. Marcado pelo Dia Internacional da Mulher, ele reforça a necessidade permanente de combate a todas as formas de violência, inclusive aquelas que ainda se manifestam de maneira silenciosa nos espaços institucionais e profissionais. Falar sobre violência contra a mulher é também discutir condições de trabalho, respeito, dignidade e igualdade, que são elementos essenciais para qualquer ambiente que se pretenda justo e democrático.

Esse debate dialoga diretamente com o papel das instituições públicas e, em especial, das universidades. Ambientes que devem ser espaços de produção de conhecimento, inclusão e transformação social também dependem de condições adequadas para cumprir sua missão. É nesse contexto que a reportagem de capa desta edição se insere.

Ao abordar a instabilidade no orçamento das universidades federais, marcada por cortes e recomposições sucessivas, o Jornal

do(a) Professor(a) evidencia um problema que ultrapassa os limites institucionais e impacta toda a sociedade. O chamado “vai e vem” dos recursos compromete planejamento, afeta políticas de permanência estudantil, dificulta a melhoria das condições de trabalho e fragiliza o papel estratégico dessas instituições no desenvolvimento do país.

Assim como o enfrentamento à violência exige compromisso contínuo e ações concretas, a defesa da universidade pública também demanda atenção, articulação e posicionamento. Trata-se de reconhecer que não há avanço social possível sem investimento consistente em educação, ciência e formação.

Ao conectar esses temas, esta edição reafirma o compromisso do Adufg-Sindicato com a valorização das pessoas, com a defesa da universidade pública e com a construção de uma sociedade mais justa, dentro e fora dos muros acadêmicos.

Boa Leitura!

Geovana Reis

Presidenta do Adufg-Sindicato

Jornal do(a) Professor(a)

21ª DIRETORIA EXECUTIVA SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

Geovana Reis
Diretora Presidenta

Humberto Carlos Ruggeri Júnior
1ª Vice-presidente

Luciana Elias
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Marilda Schuvartz
Diretora secretária

Glaucia Carielo
Diretora de Comunicação, Promoções
Sociais, Culturais e Científicas

Cristiano Farias
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos
Educativos e de Carreira

Flávio Silva
Diretor Financeiro

Tertius Lima da Fonseca
Diretor de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Denise Paiva
Diretora de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Alessandra Gomes de Castro
Diretora de Relações
Interinstitucionais

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XIV – Nº 93
ABRIL DE 2026

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz (DRT 4573/GO)
Editor responsável

Lucas Milhomem
Reportagem

João Pedro Santos
Reportagem

Nilma Ayumi
Fotografia

Raphael Dourado
Diagramação

Data de fechamento: 30/03/2026

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -

Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:

@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Prestação de contas

OUTUBRO DE 2025

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiações - Mensalidades	496.386,21
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	36.822,49
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	48.710,24
1.5	Outras Receitas	13.654,21
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		595.573,15

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	184.649,71
2.1.2	Encargos Sociais	66.643,29
2.1.3	Seguro de Vida	1.152,22
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	16.154,44
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	10.043,38
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.556,15
Total R\$		280.957,93

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	7.952,79
2.2.2	Despesas com Correios	3.667,56
2.2.3	Energia Elétrica	1.894,23
2.2.4	Honorários Advocátcios	15.448,96
2.2.5	Honorários Contábeis	6.043,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	0,00
2.2.7	Serviços Gráficos	1.575,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.055,81
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.111,13
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	1.109,84
2.2.11	Vigilância e Segurança	715,93
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.747,92
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	3.330,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.972,23
Total R\$		52.624,40

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.013,84
2.3.2	Despesas com Táxi	207,36
2.3.3	Despesas com Coral	3.252,52
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	1.440,92
2.3.5	Diárias de Viagens	13.079,70
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.911,11
2.3.7	Lanches e Refeições	6.344,39
2.3.8	Sextart	498,63
2.3.9	Patrocínios e Doações	10.800,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	6.735,83
2.3.11	Festa do Professor	68.058,79
2.3.12	Festa Final de Ano	32.427,50
2.3.13	Choro da Praça	653,01
2.3.14	Passagens Aéreas e Terrestres	577,94
2.3.15	Gêneros de Alimentação e Copa	7.152,19
2.3.16	Despesas com manutenção Sede Campestre	17.582,48
2.3.17	Hospedagens Hotéis	7.979,66
2.3.18	Material de expediente	311,40
2.3.19	Outras despesas diversas	10.995,93
2.3.20	Manutenção e Conservação	11.814,42
2.3.21	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Jataí	6.805,00
2.3.23	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.187,47
2.3.24	Despesas com Sede Adm. Cidade de Goiás	2.252,92
2.3.25	Despesa com manifestações	3.340,00
2.3.26	Cópias e autenticações	0,00
2.3.27	Eventos Sd. Adm. Jataí	11.692,31
2.3.28	Eventos Sd. Adm. Catalão	625,00
2.3.29	Eventos Sd. Adm. Cidade de Goiás	3.054,47
2.3.30	Despesa com cerimônia de Posse	0,00
2.3.31	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.32	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.33	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.34	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R\$		239.794,79

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	7.406,59
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	4.403,07
Total R\$		11.809,66

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	5.848,00
2.5.3	Proifes Federação	32.062,99
Total R\$		37.910,99

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	623.097,77
3 Resultado do exercício 07.2024 (1-2)	-27.524,62

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	27.000,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		27.000,00

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	110,00
Total R\$		110,00

Total Geral dos Investimentos R\$	27.110,00
5 Resultado Geral do exercício 10.2025 (3-4)	-54.634,62

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.





Contexto

Movimento sindical, articulação docente, conjuntura Política, carreira, jurídico, cultura.

POR GLÁUCIA CARIELO



VIOÊNCIA QUE NÃO RECUA

O assassinato de uma jovem de 21 anos, morta a facadas dentro de um condomínio em Goiânia nas últimas semanas, escancara uma realidade que insiste em se repetir. O crime, cometido em pleno período diurno e presenciado por um vizinho, não é um caso isolado: é parte de um cenário persistente de violência contra mulheres no Estado. Em Goiás, os números seguem em alta. Em 2025, foram registrados 59 casos de feminicídio, contra 56 no ano anterior, um aumento de 6%. Na comparação com 2018, quando houve 36 registros, a alta se aproxima de 64%. Mais do que estatística, os dados revelam um problema estrutural que não tem sido contido.

DENTRO DE CASA, O MAIOR RISCO

Diferente de outros crimes, o feminicídio não segue a lógica da violência urbana tradicional. Ele acontece, majoritariamente, dentro de casa, no espaço que deveria ser de proteção. Especialistas apontam que esse tipo de crime exige respostas específicas do Estado, já que não responde às mesmas estratégias utilizadas para reduzir furtos, roubos ou homicídios. Ainda assim, os números seguem avançando, indicando que o enfrentamento à violência de gênero permanece aquém do necessário.

AUTONOMIA REESTABELECIDA

O fim da lista tríplice na escolha de reitores corrige uma distorção recente da política educacional. Durante o governo Bolsonaro, a prerrogativa de nomeação foi usada para ignorar a vontade das comunidades acadêmicas, gerando intervenções e desgaste institucional. Ao tornar obrigatória a nomeação do candidato mais votado, a nova regra restabelece um princípio básico: a autonomia universitária e o respeito à decisão interna das instituições.

CORAGEM SELETIVA

Em ano eleitoral, o Congresso volta a adotar uma estratégia conhecida: empurra temas sensíveis para depois e evita enfrentar pautas que exigem posição. Entre elas, a reforma administrativa, que ameaça o serviço público, e o fim da escala 6x1, demanda social que segue sem avanço. Sob o argumento de "falta de consenso", o que se vê é a escolha de não decidir. No fim, propostas que retiram direitos ou ampliam garantias ficam igualmente suspensas - não por equilíbrio, mas por conveniência política.



ENTRE METAS E EXECUÇÃO

O novo PNE reforça a necessidade de articulação entre União, estados e municípios. Mais do que estabelecer diretrizes, o plano coloca em evidência um ponto recorrente na política educacional brasileira: a distância entre o que é planejado e o que, de fato, se concretiza.

NOVO PNE

O Senado aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira pelos próximos dez anos. Entre os pontos centrais está a ampliação progressiva do investimento público em educação, que pode chegar

a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final do período. A aprovação do plano representa um marco importante para a organização das políticas educacionais, ainda que o desafio maior permaneça: transformar metas em ações concretas e garantir sua efetiva implementação em todo o País.



PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: PASSADO E FUTURO EM QUESTÃO

João Ferreira de Oliveira
Geovana Reis



O Plano Nacional de Educação (PNE) consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como instrumento relevante de planejamento educacional de longo prazo, articulando diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o conjunto da educação nacional. A Emenda Constitucional nº 59/2009 representou um marco ao constitucionalizar o PNE e exigir sua materialização por meio de lei específica, conferindo-lhe maior densidade normativa e status de política de Estado. Assim, o segundo PNE (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, substituiu o PNE (2001-2010), que havia sido aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

Junto com o PNE (2014-2024), a Emenda Constitucional nº 59/2009 também constitucionalizou o Sistema Nacional de Educação, mas que só veio a ter a sua Lei Complementar nº 220/2025 sancionada em 31 de outubro de 2025. Portanto, foi em 2009, que o caput do art. 214 da Constituição Federal passou a vigorar com a seguinte redação, acrescido do inciso VI:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Outro aspecto estruturante foi a participação ampliada da sociedade política e da sociedade civil, especialmente por meio das Conferências Nacionais de Educação (CONAE) e dos fóruns de acompanhamento, reforçando a dimensão democrática do planejamento educacional. O PNE passou também a operar como referência obrigatória para os planos estaduais, distrital e municipais, articulando-se a mecanismos de controle social e institucional, e contribuindo para a afirmação do direito à educação e da gestão democrática. No entanto, as crises e transições políticas ocorridas na vigência do PNE (2014-2024), não colaboraram para que o PNE se tornasse o epicentro das políticas e gestão da educação.

O PNE (2014-2024) estruturou-se em 10 diretrizes e 20 metas, representando uma inflexão em relação ao PNE anterior (2001-2010), que continha 295 metas, com forte ênfase quantitativa e forte incidência de vetos presidenciais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) associados à lógica do “custo zero”, resultante da adoção das orientações neoliberais da redução dos gastos sociais.

O PNE (2014-2025), que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934/2024, buscou articular expansão das matrículas, melhoria da qualidade, valorização dos profissionais da educação e financiamento, destacando-se a meta de ampliação progressiva do investimento público em educação até 10% do PIB. Institucionalmente, o Fórum Nacional de Educação (FNE) foi concebido como instância estratégica de acompanhamento e articulação com os fóruns subnacionais.

A implementação do PNE (2014-2024) ocorreu em um contexto profundamente adverso, marcado por: Crises econômicas e políticas recorrentes; transições governamentais abruptas; disputas ideológicas intensas sobre o papel do Estado e da educação pública; adoção de políticas de austeridade fiscal, especialmente após a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos públicos.

Esse cenário atravessou governos com diferentes orientações político-institucionais (Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula), tensionando a continuidade das políticas educacionais e levantando o debate sobre governos democráticos versus tendências autocráticas, com impactos diretos sobre a capacidade estatal de coordenação, financiamento e indução federativa.

Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), o PNE 2014-2024 atingiu uma média de 59,2% do nível de execução. E, se retirado o indicador 13B (percentual de docentes da educação superior com doutorado), “cujo percentual de atingimento definido foi claramente subestimado”, a média do nível de execução cai para 43,7%. Conforme, pois, o TCU,:

Em suma, dos 52 indicadores do PNE com percentual do nível de alcance medido até a última atualização dos dados do Painel de Monitoramento do Inep, identificou-se:

- uma média de 76,4% do nível de alcance;
 - 15,4 % (8 indicadores) abaixo de 50% do nível de alcance;
 - 23,1% (12 indicadores) acima de 50% e abaixo de 75% do nível de alcance;
 - 51,9% (27 indicadores) acima de 75% e abaixo de 100% do nível de alcance;
 - 9,6% (5 indicadores) com nível de alcance atingido (igual ou maior que 100%).
- 30. Em relação ao nível de execução, tem-se que, para os 41 indicadores do PNE com percentual do nível de execução medido até a última atualização dos dados do Painel de Monitoramento do Inep, identificou-se:*
- uma média de 59,2% do nível de execução. Porém, se retirarmos o indicador 13B (percentual de docentes da educação superior com doutorado) - cujo percentual de atingimento definido foi claramente subestimado, tendo em vista que o nível de execução ficou em 679,2% - a média do nível de execução cai para 43,7%;
 - 17,1% (7 indicadores) com retrocesso (percentuais negativos) em relação ao nível de execução;
 - 2,4% (1 indicador) com estagnação (com percentual de 0%; indicador 20A) em relação ao nível de execução;
 - 46,3% (19 indicadores) acima de 0% e abaixo de 50% do nível de execução;
 - 17,1% (7 indicadores) acima de 50% e abaixo de 75% do nível de execução;
 - 4,9% (2 indicadores) acima de 75% e abaixo de 100% do nível de execução;
 - 12,2% (5 indicadores) com nível de execução atingido (igual ou maior que 100%).

(TCU. Acórdão nº 969/2024, p.5)

A auditoria do TCU destaca ainda que as

fragilidades identificadas concentram-se em quatro dimensões estruturais: a) Desenho das metas e estratégias: Metas com finalidades semelhantes e redação subjetiva; ausência de vinculação clara entre metas, estratégias e indicadores; indefinição de responsabilidades entre os entes federados; b) Capacidade técnico-institucional dos entes subnacionais: Insuficiente apoio técnico do MEC (92% dos estados e 85% dos municípios sem assistência); diagnósticos educacionais frágeis e pouco aderentes às realidades locais; c) Monitoramento e avaliação: Ausência, atraso ou baixa qualidade dos relatórios; existência de sistemas paralelos de registro, dificultando a gestão da informação; d) Governança do processo: Fragilidades no funcionamento das instâncias de coordenação e acompanhamento; baixa integração entre MEC, INEP e IBGE no processo de formulação e monitoramento.

Ao analisar tanto o PNE vigente quanto o processo de elaboração do novo plano, o TCU apontou macroproblemas estruturais e formulou recomendações estratégicas, entre as quais se destacam: Validação dos diagnósticos junto a especialistas externos ao MEC; Clareza na responsabilização federativa por metas e estratégias; Formulação de metas objetivas, mensuráveis e com indicadores simples, periódicos e atualizados; Padronização dos relatórios de monitoramento e avaliação; Elaboração de manuais técnicos e ações formativas, com apoio do INEP, para gestores estaduais e municipais. Essas recomendações evidenciam que os limites do PNE 2014-2024 não foram apenas conjunturais, mas estruturais, relacionados ao modelo de planejamento, coordenação federativa e governança da política educacional.

No contexto atual, o Projeto de Lei nº 2.614/2024, enviado pelo governo federal, tramitou na Câmara dos Deputados, propondo um novo PNE com 18 objetivos e 58 metas, com certa confluência com o Documento Final da CONAE 2024. Aprovado em 25 de março de 2026 pelo Senado Federal, aguarda a sanção presidencial.

O debate atual expressa tensões centrais sobre: Padrões de qualidade e aprendizagem com equidade; reorientação da oferta educacional; eficiência, financiamento e papel do Estado; regime de colaboração e institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE), dentre outros. A apresentação de mais de três mil emendas ao PL na Câmara do Deputados evidenciou que o novo PNE é, mais uma vez, um campo de disputas políticas, ideológicas e federativas, cujo desfecho será decisivo para redefinir os rumos da educação nacional. Nesse contexto, é preciso garantir que as diretrizes, objetivos, metas e estratégias do novo PNE avancem no direito à educação de qualidade social para todos(as), em todos os níveis e modalidades de educação, agora contando com a implementação e articulação efetiva do âmbito do Sistema Nacional de Educação.

ADUFG-SINDICATO RECEBE PLENÁRIA COM O MINISTRO GUILHERME BOULOS E DEBATE O FIM DA ESCALA 6X1

Debate reuniu entidades e movimentos sociais para discutir jornada de trabalho, cenário político e desafios da classe trabalhadora

João Pedro Santos

O Adufg-Sindicato reafirmou seu papel como espaço estratégico de articulação política e sindical ao sediar, no dia 25 de fevereiro, uma plenária com a presença do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Guilherme Boulos. O encontro reuniu sindicatos e movimentos sociais para discutir temas centrais da agenda nacional, como o fim da escala 6x1, o cenário geopolítico e os desafios da classe trabalhadora nos próximos meses.

Durante a plenária realizada na sede administrativa da entidade, em Goiânia, uma palavra foi recorrente na fala do ministro: importante. O termo foi utilizado para descrever os diversos temas que, segundo ele, devem impactar diretamente a vida dos trabalhadores no país. O evento teve como objetivo fortalecer o diálogo institucional entre organizações da sociedade civil e o Governo Federal, a partir da análise do cenário atual e da apresentação de pautas prioritárias.

Na abertura, o primeiro vice-presidente do Adufg-Sindicato, professor Humberto Carlos Ruggeri Júnior, destacou a relevância do encontro e o papel do sindicato na promoção de espaços de diálogo. “A presença plural de todas e todos fortalece a construção coletiva de caminhos em defesa do Brasil e do nosso povo. Desejo que tenhamos um excelente debate, produtivo e propositivo, marcado pela escuta qualificada e pelo compromisso com os interesses nacionais. Sempre estaremos de portas abertas para toda a sociedade civil e para todos aqueles que lutam em defesa de um país mais justo e solidário”, afirmou.

Em seguida, Humberto passou a palavra ao ministro, que, ao abordar cada tema proposto, expôs contextos históricos, apresentou encaminhamentos e propôs desafios aos presentes, com o intuito de apontar caminhos para que a classe trabalhadora e a sociedade brasileira enfrentem os obstáculos dos próximos meses.

GEOPOLÍTICA MUNDIAL

Boulos iniciou sua fala destacando a importância das eleições para a Presidência da República. “Nosso país estará no centro do mundo, já que teremos um processo eleitoral decisivo não só para o Brasil, mas também para o cenário internacional, por seu impacto na geopolítica mundial”, disse.

Na sequência, o ministro citou a atuação dos Estados Unidos em países da América Latina e mencionou disputas econômicas envolvendo recursos estratégicos, como terras raras e minerais críticos. Segundo ele, o posicionamento do governo brasileiro tem sido fundamental para preservar a soberania nacional diante de interesses externos.

“O Presidente Lula se manteve firme



em evitar que a economia brasileira fosse colonizada pelos EUA”, afirmou. Para Boulos, o resultado das eleições terá impacto direto nesse cenário. “Ou queremos um Brasil para os brasileiros, ou corremos o risco de voltar a uma lógica de dependência. Cabe aos eleitores escolher um projeto que priorize o povo trabalhador”, declarou.

ESCALA 6X1

Outro ponto central da plenária foi o debate sobre o fim da escala 6x1, apontado pelo ministro como um dos principais embates políticos dos próximos meses.

“Faz 38 anos que o Brasil não mexe na jornada de trabalho. De lá para cá, a tecnologia avançou significativamente, o que permite repensar o modelo atual e reduzir a exaustão dos trabalhadores”, argumentou.

Com base em dados de pesquisas de opinião, Boulos destacou que há apoio popular à mudança e defendeu a mobilização social como fator determinante para avanços no tema. “Foi o povo na rua que pressionou as maiores mudanças no país”, afirmou.

O ministro também indicou que o Governo Federal pretende encaminhar proposta com urgência para tratar da questão no Congresso Nacional, o que deve acelerar a tramitação. Além do fim da escala 6x1, ele citou a redução da jornada para até 40 horas semanais e a manutenção dos salários como pontos centrais do debate.

Estudos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) indicam que a redução da jornada pode gerar milhões de empregos e elevar a produtividade no país. “A posição do governo é acabar com a escala e diminuir a jornada sem reduzir salários”, declarou.

O tema, historicamente ligado à atuação sindical, reforça a centralidade do debate promovido no espaço do Adufg-Sindicato, ao reunir diferentes setores em torno de uma pauta que impacta diretamente a vida da classe trabalhadora.

DISPOSIÇÃO PARA DEBATER

Na parte final de sua fala, Boulos destacou a importância do debate público diante do cenário político atual. Segundo ele, governos progressistas têm enfrentado desafios semelhantes em diferentes partes do mundo, especialmente em relação à desinformação.

“Temos a missão de impedir a influência de projetos que se apresentam como anti-sistema, mas que não dialogam com os interesses reais da população”, disse.

O ministro defendeu a necessidade de construção de uma narrativa comum entre os diversos setores da sociedade. “Temos pluralidade de ideias, mas precisamos organizar essa comunicação para que ela chegue com clareza à população”, afirmou.

Ao abordar o cenário eleitoral, Boulos ressaltou que o fortalecimento de uma base parlamentar alinhada será determinante para a viabilidade das pautas defendidas pelo governo. “Não basta vencer a eleição presidencial. É preciso garantir condições para governar e avançar nas políticas públicas”, pontuou.



O VAI E VEM DO ORÇAMENTO QUE AFETA QUEM ESTUDA, PESQUISA E DEPENDE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Cortes no Congresso e recomposição pelo governo expõem a instabilidade no financiamento da educação superior

João Pedro Santos

A instabilidade orçamentária, seja por meio do atraso ou do corte de recursos, tem se tornado um dos principais desafios enfrentados atualmente pelas universidades públicas federais. No ano passado, a projeção do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) previa cerca de R\$ 6,9 bilhões para as 69 universidades públicas federais do país em 2026. Porém, durante a tramitação no Congresso Nacional, o orçamento sofreu um corte de R\$ 488 milhões, cerca de 7% da quantia inicialmente prevista.

No início deste ano, o Governo Federal anunciou uma recomposição que totaliza R\$ 977 milhões para as instituições federais de ensino superior, sendo R\$ 332 milhões destinados ao custeio das universidades.

Essa situação não é novidade. O orçamento previsto para o ensino superior público em 2024 foi de R\$ 6,3 bilhões. Durante a tramitação no Congresso Nacional, a quantia foi reduzida para R\$ 5,9 bilhões, retirando, novamente, cerca de 7% do valor inicialmente previsto - proporção semelhante à observada no orçamento aprovado para 2026. O corte levou a uma recomposição de aproximadamente R\$ 734 milhões, segundo o Ministério da Educação (MEC).

Em 2025, uma situação semelhante se repetiu: R\$ 6,5 bilhões foram previstos, ocorreram cortes durante a tramitação orçamentária e, posteriormente, foi anunciada uma recomposição parcial de R\$ 400 milhões. Em meio a esse cenário, para 2026, o Ministério da Educação (MEC) anunciou, em 24 de março, o repasse adicional de R\$ 400 milhões para universidades federais de todo o País.

Esse verdadeiro “vai e vem” do orçamento universitário prejudica não apenas as instituições, mas toda a comunidade acadêmica - composta por estudantes, técnicos-administrativos, pesquisadores, trabalhadores terceirizados e professores. Para entender como essa instabilidade afeta a realidade local, a reportagem do Adufg-Sindicato ouviu as gestões das três universidades públicas federais de Goiás: UFG, UFJ e UFCAT.

GESTÃO

As professoras Sandramara Matias Chaves e Camila Cardoso Caixeta iniciaram o mandato como reitora e vice-reitora da UFG cientes dos desafios que enfrentariam na gestão. Entre eles, destacam a infraestrutura da universidade e o programa de assistência estudantil executado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

“Precisamos de muito apoio da comunidade universitária, em todos os seus segmentos, na valorização das pessoas e na construção coletiva da gestão para promover os avanços que a universidade tanto precisa”, afirma Sandramara.



“Defender um dos maiores bens da sociedade brasileira é uma tarefa muito importante, já que temos o potencial de dar resposta às maiores demandas da sociedade.”

SANDRAMARA MATIAS CHAVES
Reitora da UFG

“Embora salários e progressões estejam assegurados, a falta de recursos compromete a infraestrutura, o suporte administrativo e dificulta o planejamento de concursos e a recomposição de quadros.”

ALANA FLÁVIA ROMANI
Vice-reitora da UFJ

“Grande parte do esforço administrativo é direcionada à garantia do funcionamento básico da universidade, o que reduz a capacidade de planejamento e a implementação de políticas institucionais.”

CLÁUDIO LOPES MAIA
Vice-reitor da UFCAT

De acordo com a professora Alana Flávia Romani, vice-reitora da UFJ, a gestão tem trabalhado em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD) e com a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan) para minimizar os impactos da instabilidade orçamentária.

“Temos utilizado os períodos de maior estabilidade para fortalecer a governança, qualificar o processo decisório, identificar e mitigar riscos, reavaliar o ritmo de investimentos e, em determinados momentos, adotar estratégias de curto prazo. Com isso, buscamos maior previsibilidade, reduzir decisões reativas e avançar na maturidade institucional. A Proplan tem direcionado nosso planejamento estratégico, garantindo a continuidade das ações e a realização

de investimentos estruturantes”, relata.

Segundo Alana, as áreas mais afetadas pela instabilidade orçamentária são justamente as finalísticas da universidade - ensino, pesquisa e extensão - que historicamente recebem a menor parcela do orçamento discricionário.

“Isso ocorre porque uma parte significativa dos recursos é destinada à manutenção e ao funcionamento básico da instituição, como contratos de serviços terceirizados, mão de obra, serviços de tecnologia da informação, manutenção predial e infraestrutura. Por isso, a gestão busca uma alocação mais equilibrada dos recursos, de modo a proteger o núcleo da missão universitária e maximizar o impacto social das ações institucionais”, explica.

Como o orçamento das universidades mudou nos últimos anos

2024

previsto: **6,3 bilhões**



previsto: **6,3 bilhões** aprovado: **5,9 bilhões**

2025

previsto: **6,5 bilhões**



recomposição: **400 milhões**

-R\$ 5,9 bilhões

2026

previsto: **6,9 bilhões**



reposição: **977 milhões**

-R\$ 488 milhões

NOVO APORTE (MAR/2026)

+ R\$ 400 milhões

- InovaLab
- Assistência estudantil
- Extensão
- Espaços de acolhimento

Nas palavras do vice-reitor da UFCAT, professor Cláudio Lopes Maia, a instabilidade orçamentária tem sido recorrente e impacta diretamente a forma de gerir a universidade. “Grande parte do esforço administrativo é direcionada à garantia do funcionamento básico da instituição, reduzindo significativamente a capacidade de planejamento estratégico e a implementação de políticas institucionais próprias voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão”, declara.

Segundo ele, esse cenário leva a gestão a tomar decisões difíceis. “Somos constantemente levados a hierarquizar demandas, priorizando compromissos essenciais e postergando investimentos estruturantes. A liberação mensal do orçamento limita decisões de maior alcance e obriga a administração a operar com foco no curto prazo”, afirma.

PROFESSORES E PROFESSORAS

Em relação aos docentes, Sandramara avalia que o papel da gestão da UFG é valorizar a categoria e defender o serviço público federal mesmo em meio às restrições orçamentárias. “Defender um dos maiores bens da sociedade brasileira é uma tarefa muito importante, já que temos o potencial de dar resposta às maiores demandas da sociedade”, disse, lembrando a atuação da universidade durante os períodos de vacinação na pandemia de covid-19.

Segundo Alana, na UFJ a situação orçamentária não afeta diretamente os vencimentos dos professores, por se tratar de despesa obrigatória. No entanto, impacta o ambiente de trabalho. “Embora salários e progressões estejam assegurados, a insuficiência de recursos discricionários compromete o ambiente institucional, a infraestrutura, o suporte administrativo e dificulta o planejamento de concursos e

a recomposição de quadros, o que tende a gerar sobrecarga das equipes no médio e longo prazo”, explica.

Na UFCAT, o cenário é semelhante. “A principal repercussão ocorre nas condições de infraestrutura necessárias ao pleno exercício das atividades acadêmicas e administrativas. Direitos relacionados à capacitação e progressões têm sido preservados, pois não sofreram restrições diretas. No entanto, a recomposição de quadros apresenta desafios, sobretudo entre os técnicos-administrativos, em razão de limitações legais e da extinção de cargos, o que já provoca sobrecarga e risco de descontinuidade em alguns setores”, avalia Cláudio.

ESTUDANTES

Nas três universidades públicas federais de Goiás, o maior impacto da instabilidade orçamentária para os estudantes está nos programas de assistência estudantil. De acordo com Sandramara, é necessário ampliar os recursos da PRAE e recompor os quadros da UFG.

“Temos cursos novos com poucos professores, carência de técnicos administrativos em diversos setores e falta de pessoal especializado. A ausência de orçamento para contratação afeta diretamente o desenvolvimento e a formação dos estudantes”, declara.

Alana complementa essa perspectiva ao indicar as estratégias adotadas pela UFJ para minimizar os impactos. “Trabalhamos com estratégias de priorização, buscando preservar a assistência estudantil e os serviços essenciais. Paralelamente, intensificamos a articulação institucional para captação de recursos complementares, como parcerias, projetos e emendas parlamentares, com o objetivo de reduzir impactos diretos sobre a formação, o bem-estar e a trajetória acadêmica dos estudantes”, diz.

Na UFCAT, segundo Cláudio, a assistência estudantil tem sido mantida, mas sem possibilidade de expansão. “Temos preservado os montantes historicamente garantidos, sem cortes. Porém, avançamos pouco no atendimento a novas demandas ou na criação de novas garantias institucionais. Precisaríamos ampliar o número de bolsas de assistência para atender mais estudantes, mas isso não tem avançado no ritmo necessário”, acredita.

DIÁLOGO

Para as gestões das três universidades, o diálogo institucional é essencial para enfrentar os desafios orçamentários. “A todo momento precisamos dialogar com a sociedade. É fundamental que ela compreenda o papel da universidade na sua formação e na garantia dos seus próprios direitos. Somando a universidade, a gestão e as entidades representativas, precisamos ocupar esses espaços e abrir canais de diálogo com os governos federal, estadual e municipal. Mas, principalmente, é necessário que a sociedade perceba a universidade como um patrimônio de todos nós”, ressalta Camila.

Segundo Alana, a UFJ mantém diálogo com o MEC, outros ministérios e o Parlamento, tanto de forma direta quanto por meio de entidades representativas. “A gestão apresenta dados técnicos, evidencia impactos concretos das decisões orçamentárias e reforça a importância estratégica das universidades federais na formação de pessoas, na produção de conhecimento e na geração de valor público”, pontua.

Na UFCAT, o diálogo com o Governo Federal e com o Congresso Nacional também é contínuo. “A compreensão do papel estratégico da educação superior na transformação social e no desenvolvimento científico sustenta a atuação institucional mesmo em contextos adversos”, conclui.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROJETA NOVO SALTO DA UFJ NA SAÚDE E NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Universidade se prepara para avaliação da HU Brasil após articulação com o MEC e avanço de obras estruturantes

Lucas Milhomem

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) avança na consolidação de projetos estruturantes que devem ampliar sua atuação na formação acadêmica e na assistência à saúde no sudoeste goiano. Entre os principais destaques está a implantação do hospital universitário, que entra em uma nova fase com a previsão de visita técnica da HU Brasil, responsável pela gestão dessas unidades no País.

A agenda é um desdobramento da visita institucional realizada pelo Ministério da Educação no início do ano, que reforçou o diálogo entre a universidade e o Governo Federal e impulsionou investimentos em infraestrutura e expansão estudantil.

Na ocasião, a comitiva do MEC conheceu as obras em andamento do Complexo Esportivo, da Clínica de Psicologia Aplicada e da Casa do Estudante Universitário. O orçamento é proveniente do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), cujos recursos destinados a investimentos nas universidades públicas somam R\$ 5,5 bilhões em todo o Brasil.

A vistoria teve início nas obras da Clínica do Serviço de Psicologia Aplicada do Campus Riachuelo. A construção do novo prédio teve início no ano passado e deve ampliar o acesso a serviços psicológicos gratuitos à comunidade, além de beneficiar diretamente a formação dos estudantes de graduação.

Em seguida, no Campus Jatobá, o ministro visitou as obras da quadra poliesportiva e das Casas dos Estudantes. A previsão é que os alojamentos beneficiem 220 acadêmicos, distribuídos em 40 apartamentos. Por fim, o ministro da Educação, Camilo Santana, compareceu ao auditório do curso de Medicina para dialogar com estudantes, profissionais e autoridades presentes.

Em sua fala, Camilo enalteceu o trabalho dos profissionais da educação e das entidades organizadas, em defesa da valorização da carreira docente. Ele destacou a importância da construção de moradias universitárias como forma de facilitar o



acesso estudantil ao ambiente acadêmico.

“Sabemos que o custo de moradia em Jataí é alto e esperamos realizar a entrega o mais rápido possível. Essa era uma grande demanda por parte dos reitores e da comunidade, para apoiar os estudantes que vêm da região vizinha, de modo que possam permanecer aqui”, discursou o ministro.

CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

A visita do ministro e da comissão do MEC a Jataí também contribuiu para consolidar o projeto de construção do novo hospital universitário, uma demanda estratégica da instituição. Em reunião remota, a Reitoria da UFJ, a coordenação e o Centro Acadêmico do curso de Medicina apresentaram a necessidade de implantação do novo espaço para o fortalecimento da pesquisa na área da saúde, além da ampliação da assistência à comunidade.

O próximo passo é a visita da HU Brasil, entidade responsável pelo gerenciamento dos hospitais universitários federais no Brasil. O órgão irá avaliar a infraestrutura disponível, as necessidades e as demandas regionais voltadas à área da saúde.

“O hospital trará ganhos reais como campo de práticas para os cursos da área

da saúde, além de fortalecer a pesquisa, a extensão e a formação de profissionais altamente qualificados para o SUS. É a UFJ se consolidando como referência em Goiás”, destaca a vice-reitora da UFJ, Alana Flávia Romani.

A LUTA SINDICAL PELOS DIREITOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR

A professora da UFJ e 2ª vice-presidenta do Adufg-Sindicato, Luciana Elias, representou a entidade na visita e reconheceu, na fala do ministro, um incentivo à luta sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação, sobretudo diante de gestores que não dialogam com a categoria.

“As palavras do ministro indicam a necessidade de ficarmos atentos(as) às tentativas de desmonte do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Enquanto sindicato, essa é uma de nossas premissas. Nossa luta não é somente com o Executivo, mas também com o Legislativo. Eles detêm boa parte do orçamento e já demonstraram descompromisso com as questões educacionais e científicas, com tratamentos que, muitas vezes, beiram chantagens institucionais”, afirmou.

Às vésperas do recesso parlamentar, o Congresso Nacional aprovou, por meio da Lei Orçamentária Anual (PLOA), um corte orçamentário de quase R\$ 500 milhões nas universidades federais, o que evidencia o descaso de deputados e senadores com o funcionamento do ensino superior público e da ciência no Brasil.

Os valores, no entanto, foram recompostos pelo Governo Federal em portaria publicada no dia 20 de janeiro, com o anúncio de investimentos que somam R\$ 977 milhões. “Vamos continuar na luta para que possamos ampliar cada vez mais os recursos para as nossas instituições. Esse é o nosso compromisso com as universidades e institutos federais, a partir do diálogo e da parceria com seus dirigentes”, afirmou Camilo à época.



O LEGADO QUE AJUDOU A CONSTRUIR A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

Ex-prefeito, Haley Margon Vaz deixou como legado a base para a expansão do ensino superior público

João Pedro Santos

O ex-prefeito de Catalão, Haley Margon Vaz, deixou como uma de suas principais marcas a contribuição decisiva para a implantação do ensino superior no município, iniciativa que, décadas depois, resultaria na criação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Com trajetória política iniciada como vereador em 1962, Haley foi responsável, durante sua gestão como prefeito (1982–1988), pela assinatura do convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFG) que viabilizou a abertura dos primeiros cursos superiores na cidade. Naquele momento, foram implantadas graduações em Letras, Geografia, Matemática e Pedagogia, dando início ao que se tornaria o Campus Avançado da UFG.

Nos anos seguintes, a estrutura foi ampliada com novos cursos e, em 2006, passou por um processo de expansão que consolidou a presença do ensino superior em Catalão. Esse movimento culminou, em 2018, na criação da UFCAT como universidade autônoma.

Atualmente, a instituição conta com 34 cursos de graduação e segue em processo de consolidação, com avanços como a eleição da primeira reitoria, em 2024, e a incorporação do Hospital Regional de Catalão à sua estrutura.

CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com o vice-reitor da UFCAT, professor Cláudio Lopes Maia, a chegada do ensino superior ao município ocorreu em um contexto de crescimento econômico e articulação política.

“Vivíamos um período de expansão econômica, com destaque para a mineração, e contávamos com uma liderança política



comprometida com a educação”, afirma.

Segundo ele, mesmo diante das dificuldades nacionais da época, foi possível estruturar um modelo inovador, com a parceria entre a UFG e a prefeitura de Catalão, que garantiu a implantação dos primeiros cursos superiores.

IMPACTO E TRANSFORMAÇÕES

A presença do ensino superior transformou Catalão em diferentes dimensões, ampliando oportunidades de formação, fortalecendo a economia local e contribuindo para a produção de conhecimento na região.

“O campus tornou-se um espaço fundamental de produção e difusão de cultura, além de fomentar o debate e a intervenção na realidade local”, destaca Cláudio.

LEGADO E LIÇÕES

O legado de Haley Margon Vaz também se expressa no apoio contínuo à expansão da universidade, inclusive com a doação de área que deu origem ao Campus II, onde hoje funciona o curso de Medicina.

Para a gestão da UFCAT, a trajetória reforça a importância de políticas públicas voltadas à interiorização do ensino superior. “A experiência mostra a necessidade de políticas de longo prazo que garantam a democratização do acesso à educação e impulsionem o desenvolvimento regional”, conclui o vice-reitor.

Reconhecendo o seu papel na UFCAT, a instituição fez de Haley o primeiro Doutor Honoris Causa da universidade, no ano de 2021.



COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES ENTRA NA AGENDA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Iniciativas ampliam prevenção e acolhimento em todo o País, com participação do Proifes no debate sobre violência de gênero

João Pedro Santos e Rafael Vaz

O enfrentamento à violência contra mulheres ganhou um novo marco institucional no Brasil com o lançamento de ações integradas que envolvem a educação básica e o ensino superior. As iniciativas foram apresentadas durante o evento “Educação pelo Fim da Violência” e incluem a criação de protocolos, diretrizes curriculares e políticas de prevenção. A presidenta do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis, participou da atividade representando o Proifes-Federação.

Na educação básica, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, e o ministro da Educação, Camilo Santana, assinaram por-

taria interministerial que prevê a inclusão de conteúdos sobre o combate à violência contra meninas e mulheres nos currículos escolares. A medida deve impactar cerca de 46 milhões de estudantes em todo o País.

O ato também estabelece que o Conselho Nacional de Educação (CNE) terá 30 dias para instituir uma comissão responsável por propor o aperfeiçoamento das Diretrizes Curriculares Nacionais da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. A proposta busca ampliar a conscientização sobre a Lei Maria da Penha e fortalecer uma cultura de proteção às mulheres desde a formação escolar.

No ensino superior, o protocolo de intenções prevê que cada universidade desenvolva políticas institucionais de prevenção e atendimento a estudantes e servidoras em situação de violência. A iniciativa inclui a criação de núcleos de acolhimento, o fortalecimento de canais de denúncia, a promoção de campanhas permanentes e a incorporação de debates sobre gênero, raça e etnia nos currículos de graduação.

ALCANCE NACIONAL

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, destacou que o protocolo busca promover mudanças estruturais dentro das instituições. “Este protocolo visa estimular campanhas permanentes, para que os planos pedagógicos incorporem esse conteúdo e que todos os currículos de graduação incluam o debate sobre gênero, raça e etnia”, afirmou.

O ministro da Educação, Camilo Santana, ressaltou que as ações dialogam com a Lei nº 14.164/2021 e têm alcance nacional. “Não estamos lançando apenas políticas públicas, estamos afirmando um projeto de país, um Brasil onde meninas possam estudar sem medo, um Brasil onde mulheres possam ocupar todos os espaços, um Brasil onde o conhecimento seja um instrumento de libertação, e não de exclusão”, enfatizou.



A construção do protocolo envolve o Ministério das Mulheres, o Ministério da Educação e entidades nacionais ligadas ao ensino superior, consolidando uma articulação institucional voltada ao enfrentamento da violência de gênero no ambiente educacional.

Durante o evento, Geovana Reis destacou a importância da iniciativa diante do cenário atual. “Essa é uma ação extremamente necessária, porque, além dos feminicídios crescentes, também temos assistido a episódios cotidianos de violência política contra mulheres que ocupam esses espaços no país”, afirmou.

Segundo ela, a presença de lideranças no debate é fundamental para interromper esse ciclo. “Nós, como lideranças políticas, somos as primeiras vítimas possíveis deste tipo de violência. Por isso, é essencial fortalecer ações como essa e ampliar sua divulgação para interromper a violência política de gênero em curso no país”, concluiu.



O NOVO LIMITE PARA PAGAMENTO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E O SUFOCO NO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES

*Elias Menta Macedo
Francis Campos Bordas*

A publicação da Portaria Conjunta nº 155/2026 marca uma nova etapa na gestão de despesas de pessoal de exercícios anteriores (valores reconhecidos em determinado ano que representam diferenças de anos anteriores), notadamente a majoração do limite para pagamento imediato de 5 para 15 mil reais.

Cabe lembrar a sistemática vigente desde 2012: valores atrasados até R\$5 mil eram pagos em folha. Débitos superiores a esse valor eram inscritos numa fila de espera para suplementação orçamentária, cujo pagamento ficava à mercê da vontade política.

Tal movimento de aumento do teto máximo para pagamento imediato representa muito mais uma atualização monetária do que propriamente um avanço significativo, pois, se corrigirmos os 5 mil reais desde 2012, encontraremos valor muito próximo a R\$ 15 mil.

Soma-se a essa constatação de irrelevância do aparente avanço o fato de que a Portaria segue ignorando a corrosão pela inflação dos créditos de servidores, já que os pagamentos administrativos seguem sem correção monetária. Exemplificando, um crédito de 2020 pago em 2026 não terá qualquer atualização.

É bem verdade que a PEC 155/2026 tem alguns avanços: estabelecimento de prioridades por idade, doença ou deficiência; renúncia de parte do crédito para receber até o limite de R\$15mil e não ter que aguardar indefinidamente a suplementação orçamentária para a IFE etc. Apesar disso, parece-nos demasiado sutil esse avanço dentro da conjuntura da peça orçamentária de 2026 que, para as Universidades, mostra-



-se paradoxal diante do corte drástico da ordem de meio bilhão de reais, ao mesmo tempo que recursos destinados a emendas parlamentares sigam sua trajetória ascendente. Esse fenômeno evidencia o sequestro do orçamento público pelas forças políticas majoritárias em detrimento da educação.

Por mais que noticiada a recomposição do padrão anterior, importante notar que dados técnicos indicam que o montante destinado ao custeio e investimento das universidades está aquém do necessário para manter a estrutura das universidades e, simultaneamente, honrar o passivo de pessoal, o que traz impactos relevantíssimos para atividade docente.

Como é evidente, a falta de recursos

impede todo o bom funcionamento das universidades em seu tripé constitucional e se traduz em perdas substanciais para toda sociedade como noticiado, a título de exemplo, na falta de patente primária internacional para polilaminina descoberta na UFRJ pelo trabalho da professora pesquisadora Tatiana Sampaio. A docente garantiu a patente interna com os próprios recursos, como notamos corriqueiro com vários pesquisadores das universidades que retiram de sua própria remuneração, valores para suas pesquisas, fora todo o investimento de tempo dispendido que sequer é remunerado.

Neste contexto, por mais que a Portaria Conjunta 155/2026 seja um singelo instrumento de modernização burocrática que debilmente majora o patamar de pagamento defasado há décadas, pode se considerar um primeiro passo saldar dívidas de pessoal.

Assim, há de prosseguir a batalha da classe trabalhadora para que pagamentos administrativos sejam corrigidos monetariamente, evitando que os credores tenham que movimentar o Judiciário para buscar um direito tão óbvio. Essa estratégia de apostar na inércia do credor e na sua conformidade em receber um crédito desatualizado é imoral e desonesta, além de terminar causando um aumento do gasto público com a movimentação da máquina judicial e a aplicação de juros de mora.

De nada adianta elevar o limite de pagamento, se não houver orçamento para sua quitação que, por sua vez, depende fundamentalmente de um Congresso que respeite e valorize a educação, promovendo a recomposição, atualização e expansão do orçamento para viabilizar que às universidades tenham condições de cumprir sua missão constitucional.



CLÉA COSTA: SEIS DÉCADAS ENTRE A ARTE E A FORMAÇÃO DE ARTISTAS NA UFG

“A criatividade é um atributo divino”, afirma a professora aposentada ao refletir sobre sua trajetória

João Pedro Santos

“Todo mundo pode ser um artista”. A frase resume a trajetória de Cléa Costa, artista plástica e professora aposentada da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (FAV/UFG). Nascida em Goiânia, em 1946, Cléa teve seu primeiro contato com a arte aos 12 anos, quando realizou um retrato detalhado do espírito Bezerra de Menezes. “Tinha muito interesse em rostos idosos, e achei ele bonito, com o cabelo e a barba brancos, bem majestoso”, lembra. Segundo ela, não tinha a menor intenção de estudar artes com profundidade, mas gosta do resultado. “Mostrei para o meu pai, e ele não acreditou que aquele desenho era meu, de jeito nenhum”, brinca.

Ao terminar o ginásio com 15 anos de idade, Cléa quis continuar estudando. “Foi então que eu ouvi falar de um curso de um mês na antiga Escola de Belas Artes. A minha experiência nele me despertou a vontade de cursar artes”, conta. Os professores gostaram do seu desempenho. “É engraçado, porque muitas vezes me pego pensando: ‘Será que eles estão vendo o que eu estou vendo?’. Mas, olhando o trabalho de outros alunos, começo a perceber que o meu é diferente”, diz.

Cléa foi a única a se formar no curso da Escola de Belas Artes e não demorou a ingressar na instituição como discente de artes visuais, onde estudou com o pintor Cleber Gouvêa e se gradua em 1967. Durante a graduação, iniciou sua primeira fase como artista, focando na figura humana. Um de seus primeiros quadros, Bordadeiras (1964), foi realizado em um tecido já utilizado em outras obras feitas durante o curso, deixando visíveis resquícios de cores e traços distintos na pintura.

QUANDO ENSINAR TAMBÉM É APRENDER

Cléa sempre gostou de dar aula. Após atuar por cinco anos como desenhista no atual Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP-UFG), ilustrando insetos a partir de imagens microscópicas, licenciou-se em desenho em 1973 e iniciou sua carreira na UFG como auxiliar.

“Sempre na primeira aula, gosto de fazer uma mesa redonda com os alunos, para conhecê-los e saber o que esperam do curso. Até hoje, tenho meus alunos como meus amigos”, conta.

Um episódio marcante ocorre em sua primeira exposição com estudantes. “Queria fazer artistas de todos eles. Porém, enquanto penduro os trabalhos no corredor, percebo que todos parecem com os meus desenhos. Eles não têm nada individual. Eram praticamente iguais ao meu trabalho, o que é considerado um crime no cenário da arte. Então, mudo completamente de rota”, relata.

A partir dali, passou a incentivar o desenvolvimento da identidade artística de cada aluno. “Cada um vai ter suas preferências, temas e formas de trabalhar. Foi algo que deu muito certo”, afirma. Entre os nomes que passaram por sua

orientação estão os artistas José César Teatini Clímaco (Zé César) e Selma Parreira.

UMA ARTISTA EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

A trajetória de Cléa é marcada por mudanças e experimentações. Ao longo de mais de seis décadas de produção, transitou entre a figura humana, as naturezas-mortas, o abstrato e, mais recentemente, as esculturas.

“Creio que o processo de aprendizagem é constante. Por mais que você já tenha aprendido muita coisa, há sempre mais pela frente. Até hoje, me empenho a aprender”, diz.

Nesse percurso, consolidou uma visão particular sobre o fazer artístico. Para ela, “a criatividade é um atributo divino”, presente em todas as pessoas - não apenas na arte, mas também na forma de pensar, resolver problemas e desenvolver consciência.

Ao mesmo tempo, observa com olhar crítico o cenário atual. “Vivemos um período muito marcado pela criatividade, mas nem tanto pela identidade de quem fez. É fascinante ver o que as pessoas conseguem criar com materiais simples, mas, para mim, certos atributos que tornavam a arte tão prazerosa nem sempre estão presentes”, avalia, esperançosa de que esse momento leve a uma renovação no campo artístico.



Ao longo da carreira, Cléa explorou a figura humana, as naturezas-mortas e o abstrato em suas obras



Após a aposentadoria, Cléa tem trabalhado em esculturas e troféus com o auxílio de uma metalúrgica

CRIAR COMO FORMA DE EXISTIR

Aposentada da docência desde 1993, Cléa vive hoje um período que define como de liberdade - artística e espiritual. Suas inspirações vêm, sobretudo, da observação da natureza, seguindo a máxima de Albert Einstein: “Olhe profundamente para a natureza, e então você entenderá tudo melhor”.

“Muitas vezes, me pego olhando pela janela, vendo as nuvens com formas e tamanhos diferentes, e as ideias sempre vêm”, conta.

Autodeclarada espiritualista, encara os desafios da vida como parte do processo. “Eles existem para nos fazer felizes. Aprendemos com os difíceis e nos alegamos com os bons. Assim, a vida fica mais leve”, afirma.

Ao falar sobre o que a motiva a continuar criando, Cléa é direta: “Independentemente da área, se a pessoa sente satisfação, aprendizado e fortalecimento, é ali que ela deve estar”.

Mais de seis décadas depois do primeiro desenho, o impulso permanece o mesmo - o de criar, experimentar e seguir descobrindo novos caminhos na arte.

